Estado de Pernambuco

Ano XCIV • Nº 126

Ministério Público Estadual

Recife, quarta-feira, 19 de julho de 2017

Nazaré da Mata adere ao Pacto dos Municípios pela Segurança Pública

Ao todo, 69 cidades já integram o projeto do MPPE, que prevê a adoção de medidas voltadas para redução da violência

Municípios são

avaliados e

podem receber

prata e bronze

Tazaré da Mata se tornou a 69ª cidade a aderir ao Pacto dos Municípios pela Segurança Pública, um proieto estratégico do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), que propõe dez medidas voltadas à redução da violência, da criminalidade e pelo ordenamento urbano. A assinatura ocorreu na segunda-feira (17), após uma audiência pública onde promotores do MPPE expuseram as vantagens das ações preventivas por parte das prefeituras, bem como as consequências positivas nos municípios que já as vêm implantando.

Após a assinatura do termo que formaliza a adesão, o município deve colocar em prática iniciativas que contribuam com a diminuição da criminalidade. Ao final do prazo estabelecido pelo MP-PE, uma comissão avalia o cumprimento dos eixos pactuados. De acordo com a pontuação, o município pode receber uma certificação nas categorias ouro, prata ou bronze, conforme as medidas efetivamente adotadas.

O prefeito de Nazaré da Mata, Inácio Manuel do Nascimento, assegurou que se empenhará para cumprir todas as metas. "Nazaré da Mata adere ao Pacto com absoluta certeza de que são medidas importantes para tornar o município mais seguro para os cidadãos", comentou.

O interesse do município em ampliar a segurança aumentou após o recente assassinato de um adolescente, que foi baleado por outro adolescente

ao ter seu aparelho celular roubado. "O crime comoveu a cidade. Assim, tivemos a iniciativa de propor à Prefeitura essa alternativa, que é um dos nossos projetos

estratégicos e, prontamente, houve uma boa vontade em conhecê-lo por parte da administração municipal", revelou a promotora de Justica Maria José Mendonca

Queiroz, que atua em Nazaré da Mata. A promotora lembra que, mesmo antes da morte do adolescente, o número de homicídios

em Nazaré da Mata vem crescendo, sobretudo os ligados ao tráfico de drogas. Já o chefe de gabinete do MPPE certificações ouro, e idealizador do projeto, promotor de Justiça Paulo Augusto

> Oliveira, contextualizou a construção do Pacto, lembrando que ele que foca na participação mais efetiva do município para atuar preventivamente e, assim, ajudar

a coibir a insegurança pública, sem que seja necessário onerar demais os gastos da Prefeitura. "São medidas simples como melhorar a iluminação pública e cadastrar estabelecimentos, por exemplo. Nada que seja dispendioso", pontuou Paulo Augusto Oliveira.

O coordenador do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça Criminal (Caop Criminal), promotor de Justiça Luiz Sávio Loureiro Silveira, e o promotor de Justiça Sérgio Tenório explicaram, no evento de assinatura, os 10 eixos do Pacto para os presentes e como o projeto deve ser desenvolvido no município.

Saiba mais – O Pacto dos Mu-

nicípios pela Segurança Pública foi vencedor do Prêmio Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em 2015, na categoria Diminuição da Criminalidade. Lançado pelo MPPE no final de 2013, o projeto certificou, em dezembro do ano passado, seis municípios em reconhecimento ao cumprimento das metas previstas.

Até agora, os municípios de Gravatá e Triunfo receberam a certificação na categoria Ouro, enquanto Jaboatão dos Guararapes e Caruaru receberam o selo Prata. Já a certificação Bronze ficou com as prefeituras de Cachoeirinha, Bezerros e Petrolân-

PARQUE DE VAQUEJADA EM PARANATAMA

Organizadores firmam TAC para resguardar direitos dos animais

Com o intuito de implementar medidas necessárias à proteção da integridade física e do bem-estar dos animais que participam da Vaquejada do Parque Paraná, em Paranatama, o proprietário do parque de eventos firmou termo de ajustamento de conduta (TAC) perante o Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Por meio do termo, ele se comprometeu a seguir as boas práticas que constam do regulamento da Associação Brasileira de Vaquejada (Abvaq), bem como permitir a fiscaliza-

ção do cumprimento dessas medidas durante o evento festivo, no mês de agosto.

Dentre as medidas recomendadas pelo promotor de Justiça Reus Alexandredo Amaral para assegurar a proteção aos animais estão a disponibilização de água e comida para bovinos e equinos; o acompanhamento constante por médicos veterinários, a fim de atender os animais em caso de doença ou lesão provocada pela pega do boi; a separação de bois com chifres pontiagudos, que possam causar risco aos competidores, às equipes de manejo e aos animais; e a proibição de os vaqueiros utilizarem freios, esporas ou outro tipo de equipamento que possa causar ferimentos aos bois.

A realização do evento foi comunicada antecipadamente ao representante do Ministério Público de Pernambuco em exercício na cidade da vaquejada para o controle adequado. Da mesma forma, qualquer caso de acidentes sofridos pelos animais durante a vaquejada deve ser comunicado imediatamente e por escrito ao promotor de Justiça Ambiental, a fim de proteger a saúde e o bem-estar dos ani-

Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações do termo, o proprietário do Parque Paraná, em Paranatama, estará sujeito a multa de R\$ 10.000,00 por infração, com valores revertidos em favor do Fundo Estadual do Meio Ambiente.

O Termo de Ajustamento de Conduta foi publicado no Diário Oficial do dia 18 de julho de 2017.

ESMP/MPPE

Inscrições abertas para curso básico de Libras

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), através da Escola Superior do Ministério Público, abre inscrições para o curso básico de Língua Brasileira de Sinais (Libras), com um total de 30 vagas para membros e servidores da Instituição. O instrutor Marcos Vinicius dos Santos da Silva abordará, dentro do conteúdo programático, assuntos como o alfabeto em Libras, formação de nomes e expressões interrogativas, advérbios de tempo, lugar e modo, numerais, pronomes possessivos, pronomes pessoais e tipos de frases.

O curso de Libras oferecido pela Escola Superior do Ministério Público é dividido em módulos: Básico I, Básico II, Intermediário e Avançado, cada um dos quais com duração de 6 meses. Atualmente existe uma turma em andamento do módulo intermediário, com previsão de término entre o mês de setembro e outubro. Segundo o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania (Caop Cidadania), a abertura de uma nova turma de curso básico vem para atender uma demanda apresentada ao setor.

As inscrições vão até o dia 31 de julho de 2017, por meio do formulário online disponibilizado na página www.mppe.mp.br; menu Institucional > Escola Superior > Cursos, Palestras e Seminários. Maiores informações podem ser obtidas pelos seguintes telefones: (81) 3182-7348 e 3182-7351, das 12 às 18 horas, de segunda a sexta-feira.

CERTIFICADO DIGITALMENTE



Procuradoria Geral da Justiça

Procurador Geral: Francisco Dirceu Barros

CONVOCAÇÃO Nº 031/2017

O Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco, Dr. **FRANCISCO DIRCEU BARROS**, **convoca** os candidatos aprovados no último concurso para o cargo de Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto, abaixo relacionados, para comparecerem ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, sito na Rua do Imperador D. Pedro II, 473, Santo Antônio, Recife/PE, no dia 20 de JULHO de 2017, às 14h30min, com o intuito de escolherem as Promotorias de Justica, dentre as relacionadas abaixo. obedecida a ordem de classificação (considerando as vagas reservadas para os candidatos com deficiência), para as respectivas nomeações

ORDEM	NOME	DOCUMENTO
01.	HELMER RODRIGUES ALVES	000000002674368
02.	IVAN VIEGAS RENAUX DE ANDRADE	000000006415953
03.	LARISSA DE ALMEIDA MOURA ALBUQUERQUE	000000030393604
04.	WANESSA KELLY ALMEIDA SILVA*	00006936559 SDSPE
05.	VINICIUS COSTA E SILVA	0000000442925682
06.	MARIA CECILIA SOARES TERTULIANO	000000006408599
07.	SORAYA CRISTINA DOS SANTOS DUTRA DE MACEDO	000000001742815
08.	REGINA WANDERLEY LEITE DE ALMEIDA	000000005994704
09.	FERNANDO HENRIQUE FERREIRA CUNHA RAMOS	000000006121776
10.	LUCIO CARLOS MALTA CABRAL	000000007344957
11.	CAMILA SPINELLI REGIS DE MELO	00007502728 SDSPE
12.	RODRIGO AMORIM DA SILVA SANTOS	000000960782788
13.	RENATA DE LIMA LANDIM	0000000287623543
14.	KELLY JANE RODRIGUES PRADO*	000000013585207
15.	MILENA DE OLIVEIRA SANTOS	000000006420853
16.	ANDREIA APARECIDA MOURA DO COUTO	000000MG10076072
17.	JOÃO PAULO CARVALHO DOS SANTOS	0000149984120002
18.	DANIEL CEZAR DE LIMA VIEIRA	000000007889242
19.	BRUNO MIQUELAO GOTTARDI	000000MG14703511
20.	GABRIELA TAVARES ALMEIDA	0002003034065755
21.	THEMES JACIARA MERGULHÃO DA COSTA	000000005748643

PROMOTORIAS DE JUSTICA

Promotoria de Justiça de Bodo Promotoria de Justiça de Ipubi Promotoria de Justiça de Moreilândia Promotoria de Justica de Parnamirim Promotoria de Justica de Terra Nova Promotoria de Justiça de Trindade Promotoria de Justiça de Verdejar

2ª Circunscrição - Petrolina

1ª Promotoria de Justiça de Cabrobó 3ª Circunscrição – Afogados da Ingazeira toria de Justiça de Carnaíba

Promotoria de Justiça de Sanharó

5ª Circunscrição - Garanhuns motoria de Justiça de Angelim

Promotoria de Justiça de Cupira

Promotoria de Justiça de Toritama

8ª Circunscrição - Cabo de Santo Agostinho Promotoria de Justiça de Amaraji

11ª Circunscrição - Limoeiro

Promotoria de Justiça de João Alfredo Promotoria de Justiça de Santa Maria do Cambucá

14ª Circunscrição - Serra Talhada

Promotoria de Justiça de São José do Belmonte Promotoria de Justiça de Betânia

1ª Promotoria de Justiça de Belém de São Francisco

1ª Promotoria de Justiça de Floresta

Recife, 18 de Julho de 2017.

FRANCISCO DIRCEU BARROS

AVISO Nº 025/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE

CONSIDERANDO a iminência de implantação da RESOLUÇÃO RES CPJ Nº 006/2017, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em cumprimento à determinação do Conselho Nacional do Ministério Público, a qual disciplina o plantão no âmbito do Ministério Público de Pernambuco aos sábados, domingos, feriados e nos dias em que não houver expediente e nos dias úteis, fora do horário do expediente administrativo, que ocorrerá em 03 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO caber aos respectivos Coordenadores de circunscrição, da capital e das Procuradorias, seja em deliberação individual ou conjunta, nos termos dos artigos 15, 16, 17 e 18 da referida Resolução, a elaboração da escala de plantão de membros, seja em regime presencial, seja em regime de sobreaviso, que deverão encaminhá-la até o dia 20 de cada mês, sordicavis, que deverad circulamina a le dua 2 de cada micos referente ao mês subsequente, para publicação por meio da Imprensa Oficial, bem como para inclusão em campo próprio do sítio oficial do Ministério Público de Pernambuco;



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTICA EM **ASSUNTOS INSTITUCIONAIS** Lúcia de Assis

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM **ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS** Maria Helena da Fonte Carvalho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS Clênio Valença Avelino de Andrade

CORREGEDOR-GERAL Paulo Roberto Lapenda Figueiro

CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO

OUVIDOR

Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

SECRETÁRIO-GERAL

CHEFE DE GABINETE

COORDENADOR DE GABINETE

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

JORNALISTAS Alana Moreira, Izabela Cavalcanti, Miguel Rios,

ESTAGIÁRIOS

Dayanne Dias, Diego Melo, Lucas Santana e Pedro Morosini (Jornalismo), Gabriel Buonafina (Publicidade)

RELAÇÕES PÚBLICAS Evângela Andrade

PUBLICIDADE

DIAGRAMAÇÃO Bruno Bastos e Izabela Cavalcanti

Rua do Imperador D. Pedro II, 473, Ed. Roberto Lyra, Santo Antônio, Recife-PE
CEP. 50.010-240 fone 3303-1259 / 1279 - fax 3419 7160
imprensa@mppe.mp.br
Ouvidoria (81) 3303-1245

ouvidor@mppe.mp.br

CONSIDERANDO caber a Secretaria Geral do MPPE e aos coordenadores de Circunscrição, este últimos em deliberação individual ou conjunta, conforme for o caso, nos termos do artigo 21 da referida Resolução, a elaboração da escala de plantão de servidores, em regime presencial, que igualmente deverão encaminhá-la até o dia 20 de cada mês, referente ao mês subsequente, para publicação por meio da Imprensa Oficial, bem como para inclusão em campo próprio do sítio oficial do Ministério

CONSIDERANDO a necessidade de plantonistas e servidores informarem previamente o contato telefônico aos responsáveis pela elaboração da escala de plantão, para disponibilização ao setor administrativo competente, nos termos do art. 5º, parágrafo

CONSIDERANDO a necessidade de estruturar o eventual atendimento presencial para o plantão no regime de sobreaviso nas sedes da procuradoria de Justiça e promotorias de Justiça de Recife, Caruaru e Petrolina, previstas no Anexo II;

CONSIDERANDO os questionamentos suscitados no auto Arquimedes nº 2017/2656955, a respeito da implementação da referida Resolução e o contido no seu artigo 30, quanto à resolução pelo Procurador-Geral de Justiça dos casos omissos e os que ensejarem dúvidas a respeito da sua interpretação e aplicação

RESOLVE:

Avisar aos MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO que a RESOLUÇÃO RES CPJ № 006/2017, que disciplina o plantão no âmbito do Ministério Público de Pernambuco aos sábados, domingos, feriados e nos dias em que não houver expediente e nos dias úteis, fora do horário do expediente expediente e nos dias dieis, fora do findado de expediente administrativo, vigorará em 03 de agosto de 2017, bem como que foi encaminhado para os e-mails funcionais ofício circular contendo orientações e informando sobre as providências administrativas adotadas pela Procuradoria Geral de Justiça para sua implantação.

Recife. 18 de julho 2017.

Francisco Dirceu Barros PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.336/2.017

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do servico:

RESOLVE:

Bel. ANTÔNIO FERNANDES OLIVEIRA MATOS JÚNIOR, 37º Promotor de Justiça Criminal da Capital, de 3ª Entrância, para o exercício da função de Secretário do Conselho Superior do Ministério Público - CSMP, durante as férias do Bel, Petrúcio José Luna de Aquino, no período de 17/07/2017 a 31/07/2017

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 18 de julho de 2017.

PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.337/2017

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do serviço;

I - Designar o Membro do Ministério Público, abaixo relacionado para o exercício da função de Coordenador da 12ª Circunscrição com sede em Vitória de Santo Antão, durante as férias da titular, no período de 03/07/2017 a 17/07/2017.

COORDENADOR Circunscrição Vitória de Santo Antão João Alves de Araújo

II - Atribuir-lhe a indenização pelo exercício de função de coordenação, prevista no inciso VI do artigo 61 da Lei Orgânica do Ministério Público de Pernambuco, não acumulável com a indenização prevista no inciso V do artigo 61 da mesma Lei.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se,

Recife, em 18 de julho de 2017.

Francisco Dirceu Barro PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.338/2017

O PROCURADOR GERAL DE JUSTICA, no uso de suas

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do serviço;

I - Designar o Membro do Ministério Público, abaixo relacionado. para o exercício da função de Coordenador da sede Promotorias de Vitória de Santo Antão, durante as férias da titular, no período de 03/07/2017 a 01/08/2017.

COORDENADOR

Vitória de Santo Antão Mariana Lamenha Gomes de Barros

- II Atribuir-lhe a indenização pelo exercício de função de coordenação, prevista no inciso VI do artigo 61 da Lei Orgânica do Ministério Público de Pernambuco, não acumulável com a indenização prevista no inciso V do artigo 61 da mesma Lei.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 18 de julho de 2017.

Francisco Dirceu Barro PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.339/2017

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso das suas atribuições,

CONSIDERANDO a publicação da escala de Plantão Geral de Membros da 2ª Circunscrição Ministerial, por meio da Portaria PGJ nº

CONSIDERANDO a solicitação de alteração, via e-mail, oriundo da 2ª Circunscrição Ministerial com sede em Petrolina-PE;

CONSIDERANDO, por fim. a necessidade e conveniência do servico:

Modificar o teor da Portaria POR-PGJ n.º 1.209/2017, de 21.06.2017, publicada no DOE do dia 22.06.2017, para

PLANTÃO DA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL COM SEDE EM PETROLINA

DATA	DIA	HURARIU	LOCAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA
22.07.2017	Sábado	13h às 17h	Petrolina	Tilemon Gonçalves dos Santos
l pia-so.				

PLANTÃO DA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL COM SEDE EM PETROLINA

DATA	DIA	HORÁRIO	LOCAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA
22.07.2017	Sábado	13h às 17h	Petrolina	Carlan Carlo da Silva

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 18 de julho de 2017.

Francisco Dirceu Barros PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.340/2017

D PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94,

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do servico:

RESOLVE:

Designar a Bela. MAÍSA SILVA MELO DE OLIVEIRA, 2ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania de Olinda, de 2ª entrância, para atuar nas audiências de depoimento acolhedor, na Vara de violência doméstica e familiar contra mulher de Camaragibe, que ocorrerão em 20/07/2017, nos processos nº 1100-55.2014.8.17.0420 e 5275-92.2014.8.17.0420.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 18 de julho de 2017.

Francisco Dirceu Barros PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

www.mppe.mp.br

PORTARIA POR-PG I Nº 1 341/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

CONSIDERANDO que a servidora solicitou averbação em ficha funcional de curso de pós-graduação em confor 50 e 51 da Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

CONSIDERANDO que a servidora preencheu os requisitos para obtenção da promoção por elevação de nível profissional previstos na Lei 12.956/2005, entre os quais: ser ativa e ter cumprido o estágio probatório;

CONSIDERANDO que o curso de pós-graduação atende aos requisitos previstos na Lei 12.956/2005, ser reconhecido através de Portaria do MEC e ser relacionado com as atribuições do cargo;

CONSIDERANDO, ainda, o Parecer da Assessoria Jurídica Ministerial nº 193/2017;

PROMOVER POR ELEVAÇÃO DE NÍVEL PROFISSIONAL a servidora do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público de Pernambuco no cargo e classe, conforme tabela a seguir e obedecendo ao disposto na Lei nº 12.956/2005, retroagindo os efeitos financeiros ao dia 12/06/2017.

QUADRO PERMANENTE ATIVO

Nome	Matrícula	Cargo/área/especialidade	Data de admissão	Classe	Observação	
Michelle Von Sohsten de Sousa Magalhães	189.397-1	Técnico Ministerial – Área Administrativa	20/11/2012	С	Especialização em Direito Civil e Processual Civil – Processo nº 87091/2017.	

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 18 de julho de 2017.

Francisco Dirceu Barros PROCURADOR GERAL DE JUSTICA

O EXMO. SR. CHEFE DE GABINETE, DR. PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA, exarou os seguintes despachos:

Expediente n.º

Processo n.º: 0016830-0/2017

Requerente: FERNANDO PORTELA RODRIGUES'

Assunto: Comunicações

Despacho: Providenciado através da POR PGJ nº 1324/2017,

publicada no DOE de 14/07/2017. Arquive-se.

Expediente n.º: 271/17 Processo n.º: 0016908-6/2017

Requerente: EDUARDO LUIZ SILVA CAJUEIRO

Assunto: Comunicações

Despacho: Ciente. À Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas para anotar e arquivar.

Processo n.º: 0016899-6/2017

Requerente: GIANI MARIA DO MONTE SANTOS R. DE MELO

Assunto: Comunicações

Despacho: Ciente. À Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas para anotar e arquivar

Expediente n.º

Processo n.º: 0017313-6/2017

Requerente: EDSON JOSE GUERRA

Assunto: Requerimento

Despacho: De ordem do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, encaminhe-se a SGMP para conhecimento e providências

Expediente n.º: 063/17

Processo n º· 0017404-7/2017

Requerente: EMMANUEL CAVALCANTI PACHECO

Assunto: Comunicações

Despacho: À Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas para anotar e arquivar.

Expediente n.º: s/n/17

Processo n.º: 0017485-7/2017

Requerente: EDUARDO LEAL DO SANTOS Assunto: Solicitação

Despacho: Cientificado o Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se, arquivando-se em pasta própria.

Procuradoria Geral de Justiça, 18 de julho de 2017.

PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA

Promotor de Justiça

Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça (Atuando sob delegação dada pela Portaria PGJ nº 1.251/2017)

O EXMO. SR. COORDENADOR DE GABINETE, DR. PETRUCIO JOSE LUNA DE AQUINO, exarou os seguintes despachos

14.07.2017

Processo n.º: 0013376-2/2017

Requerente: GAMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI

Assunto: Encaminhamento

Despacho: Remeta-se às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Capital.

Expediente n 0. s/n/17

Processo n.º: 0014455-1/2017 Requerente: CNMP Assunto: Comunicações

Despacho: Já providenciado. Arquive-se

Processo n.º: 0014830-7/2017

Requerente: GTP - GRUPO DE TRABALHADORES EM

Assunto: Solicitação

Despacho: Remeta-se às Promotorias de Justica de Defesa do Patrimônio Público e Social da Capital.

Expediente n.º: 078/17

Processo n.º: 0014832-0/2017

Requerente: MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Despacho: Ao GAEP para as providêndias cabíveis.

Expediente n.º: 0929/17

Processo n.º: 0014949-0/2017

Requerente: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA

Assunto: Comunicações

Despacho: Ao CAOP Criminal para acompanhar o cumprimento

Expediente n.º: 2871/17

Processo n.º: 0014974-7/2017 Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Encaminham

Despacho: À Central de Inquéritos para as providências cabíveis

Expediente n º- s/nº/17 Processo n.º: 0015207-6/2017 Requerente: TJPE

Assunto: Encaminham Despacho: Ao CAOP Criminal para acompanhar o cumprimento

da pauta.

Processo n.º: 0015251-5/2017

Requerente: 2ª VARA DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

Despacho: Encaminhe-se à Central de Inquéritos de Jaboatão dos Guararanes

Expediente n.º: 3031/17 Processo n.º: 0015411-3/2017

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Encaminhamento

Despacho: Encaminhe-se às Promotorias de Justiça de Defesa da . Cidadania da Capital com atuação em Saúde.

Expediente n.º: s/n/17 Processo n.º: 0015416-8/2017
Requerente: INTERESSADO ANÔNIMO

Assunto: Encaminhame

Despacho: À Central de Inquéritos da Capital.

Expediente n.º: 247/17

Processo n.º: 0015418-1/2017 Requerente: POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Assunto: Encaminhame

Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça de Bom Jardim.

Expediente n.º: 17029/17 Processo n.º: 0015422-5/2017 Requerente: **FNDE**

Assunto: Encaminhamento
Despacho: Encaminhe-se à Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça de São Lourenço da Mata para distribuição.

Processo n.º: 0015424-7/2017 Requerente: FNDE Assunto: Solicitação

Despacho: Encaminhe-se à Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça de Goiana para distribuição.

Processo n.º: 0015433-7/2017 Requerente: 3ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A

ENTORPECENTES DA CAPITAL Despacho: Ao CAOP Criminal

Processo n.º: 0015441-6/2017 Requerente: SDS

Assunto: Encaminhamento
Despacho: À Central de Inquéritos da Capital.

Expediente n.º: 1534/17 Processo n.º: 0015543-0/2017

Requerente: JUIZADO CRIMINAL DE OLINDA

Despacho: À Assessoria Técnica em Matéria Criminal.

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Expediente n.º: 3090/17 Processo n.º: 0015554-2/2017

Assunto: Encaminhamento Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça de Itapissuma.

Processo n.º: 0015555-3/2017 Requerente: CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM

RADIOI OGIA

Despacho: Remeta-se à Promotoria de Justica de Afrânio e à Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça de Afogados da Ingazeira para distribuição.

Expediente n.º: 129/17

Processo n.º: 0015699-3/2017
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Assunto: Encaminhamento
Despacho: Encaminhe-se ao CAOP de Defesa do Patrimônio Público para registro e distribuição.

Expediente n.º: 262/17 Processo n.º: 0015707-2/2017 Requerente: 25ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Despacho: Encaminhe-se à Central de Inquéritos da Capital.

Expediente n.º: 1179/17 Processo n.º: 0015716-2/2017

Requerente: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE TIMBAÚBA

Assunto: Encaminhamento Despacho: Ao CAOP Criminal para acompanhar o cumprimento

Expediente n.º: 1155/17

Processo n.º: 0015776-8/2017
Requerente: 3ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A
ENTORPECENTES DA CAPITAL

Assunto: Comunicações
Despacho: Ao CAOP Crimina

Expediente n.º: 1319/17

Processo n.º: 0015781-4/2017

Requerente: 3ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A

ENTORPECENTES DA CAPITAL Despacho: Ao CAOP Criminal

Processo n.º: 0015786-0/2017

Requerente: DÉCIMA OITAVA VARA CRIMINAL DA CAPITAL Assunto: Comunicações
Despacho: Ao CAOP Criminal.

Processo n.º: 0015849-0/2017 Requerente: FRANCISCO ANTONIO SOUTO E FARIA

ssunto: Comunicações Despacho: Encaminhe-se ao Colégio de Procuradores de Justiça.

Expediente n.º: s/n/17 Processo n.º: 0015950-2/2017

Requerente: MARCELO DE MATOS RAMOS

Assunto: Comunicações
Despacho: Ultrapassado. Arquive-se.

Expediente n.º: 158/17 Processo n.º: 0016019-8/2017

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS Assunto: Encaminhamento
Despacho: Encaminhe-se ao CAOP de Defesa do Patrimônio

Público para registro e distribuição.

Expediente n.º: 3275/17 Processo n.º: 0016084-1/2017

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Assunto: Encaminhamento

Despacho: Encaminhe-se às Promotorias de Justica de Habitação

e Urbanismo da Capital. Expediente n.º: 3261/17

Processo n.º: 0016085-2/2017 Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Encaminhamento Despacho: Remeta-se às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Capital.

Expediente n.º: 398/17 Processo n.º: 0016321-4/2017 Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Despacho: Encaminhe-se à Central de Inquéritos da Capital.

Processo n.º: 0016328-2/2017 Requerente: CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assunto: Comunicações

Despacho: Encaminhe-se às Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com atribuição na Promoção e Defesa dos

Expediente n.º: 4217/17

Processo n.º: 0016335-0/2017
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Despacho: Encaminhe-se à Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça de Paulista para distribuição.

Expediente n.º: 161/17

Assunto: Encaminhamento

Processo n.º: 0016338-3/2017 Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO

Assunto: Encaminhamento Despacho: *Remeta-se à 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da* Cidadania da Capital.

Expediente n.º: 2850/17

Processo n.º: 0016352-8/2017 Requerente: 1ª VARA DA COMARCA DE PETROLÂNDIA

Despacho: Ao CAOP Criminal para acompanhar o cumprimento

Expediente n.º: 353/17 Processo n.º: 0016441-7/2017 Requerente: **ADAGRO**

Assunto: Encaminhamento Despacho: Remeta-se à Promotoria de Justica de Triunfo.

Expediente n.º: 129/17 Processo n.º: 0016464-3/2017 Requerente: INSTITUTO SOU DA PAZ

Despacho: Ao CAOP Criminal para as providências necessárias. Expediente n.º: 009/17

Processo n.º: 0016523-8/2017 Requerente: SECRETARIA DE SAÚDE SO ESTADO DE

Assunto: Solicitação

PERNAMBUCO Assunto: Solicitação Despacho: Encaminhe-se à Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça de Paulista para distribuição.

Expediente n.º: s/n/17 Processo n.º: 0016547-5/2017

Requerente: DIOGO MOREIRA DA SILVA

Assunto: Encaminhamento
Despacho: À Central de Inquéritos da Capital. Expediente n.º: 1442/17

Processo n.º: 0016552-1/2017 Requerente: 3ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A

ENTORPECENTES DA CAPITAL Assunto: Comunicações Despacho: Ao CAOP Criminal

Processo n.º: 0016601-5/2017

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Assunto: Encaminhamento Despacho: À Central de Inquéritos da Capital.

Processo n.º: 0016928-8/2017

Requerente: AMARO GUSTAVO DA SILVA
Assunto: Encaminhamento
Despacho: Remeta-se à 1º Promotoria de Justiça de Catende.

Processo n.º: 0017132-5/2017 Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Despacho: À Central de Inquéritos da Capital.

Expediente n.º: s/n/17 Processo n.º: 0017135-8/2017

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Encaminhamento
Despacho: Encaminhe-se à Central de Inquéritos da Capital. Expediente n.º: 005/17 Processo n.º: 0017172-0/2017

Requerente: SENACON Assunto: Comunicações

Despacho: Encaminhe-se ao CAOP de Defesa do Consumidor. Expediente n.º: 23261/17

Processo n.º: 0017241-6/2017 Requerente: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE

PERNAMBUCO Assunto: Comunicações Despacho: Encaminhe-se ao CAOP - Saúde.

Expediente n.º: S/N/ Processo n.º: 0000474-6/2017

Requerente: RICARDO LUIZ WANDERLEY PESSOA DE MELO Assunto: Solicitação

Despacho: Encaminhe-se à Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça de Jaboatão dos Guararapes para distribuição.

Expediente n.º: 500/17 Processo n.º: 0015409-1/2017

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Ministério Público Estadual

Assunto: Encaminhamento

Despacho: Encaminhe-se à Coordenação Administrativa das Promotorias de Justica do Cabo de Santo Agostinho para

Expediente n.º: s/n/17 Processo n.º: 0015410-2/2017

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Encaminhamento

Despacho: Encaminhe-se às Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos do Consumidor

Expediente n.º: 3164/17 Processo n.º: 0016040-2/2017

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Encaminhamento

Despacho: À Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça de Paulista para distribuição.

Expediente n.º: 3200/17 Processo n.º: 0016042-4/2017

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Encaminhamento

Despacho: Encaminhe-se às Promotorias de Justica de Defesa da Cidadania da Capital com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos do Consumidor.

Requerente: SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DE PERNAMBUCO

Assunto: Encaminhamento
Despacho: Remeta-se às Promotorias de Justiça de Fundações, Entidades e Organizações Sociais da Capital.

Expediente n.º: s/n/17 Processo n.º: 0016142-5/2017

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Comunicações

Despacho: Encaminhe-se à Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça de Olinda para distribuição.

Expediente n.º: 3657/17 Processo n.º: 0016347-3/2017

Requerente: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE BONITO

Despacho: Ao CAOP Criminal.

Expediente n.º: 101/17 Processo n.º: 0016349-5/2017

Requerente: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE BONITO

Assunto: Comunicações

Despacho: Ao CAOP Criminal para acompanhar o cumprim da pauta.

Processo n.º: 0016565-5/2017

Requerente: INTERESSADO ANÔNIMO

Assunto: Encaminhamento

Despacho: Encaminhe-se às Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital

Expediente n.º: 048/17 Processo n.º: 0016600-4/2017 Requerente: TJPE

Assunto: Encaminha Despacho: À Central de Inquéritos da Capital.

Expediente n.º: 1418/17

Processo n.º: 0016929-0/2017 Requerente: 3ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A

ENTORPECENTES DA CAPITAL Assunto: Comunicações

Despacho: Ao CAOP Crimina

Expediente n.º: 3157/17

Processo n.º: 0017239-4/2017

Requerente: ANP

Assunto: Encaminhamento
Despacho: Encaminhe-se às Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atuação na Promoção e Defesa do Consumidor, com cópia à Coordenação Administrativa das

Promotorias de Justiça de Ipojuca, Petrolina Macaparana e Camaragibe para distribuição.

Expediente n.º: 211/17

Processo n.º: 0015679-1/2017 Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assunto: Encaminhamento

Despacho: Encaminhe-se à Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça de Arcoverde para distribuição.

Procuradoria Geral de Justiça, 14 de julho de 2017.

PETRUCIO JOSE LUNA DE AQUINO

Promotor de Justiça

Coordenador do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

(Atuando sob delegação dada pela Portaria PGJ nº 1.251/2017)

Secretaria Geral

AVISO SGMP Nº 017/2017

O Secretário-Geral do Ministério Público avisa que, em virtude da posse dos novos Promotores de Justiça, que acontecerá no

dia 10/08/2017 às 16h no Centro Cultural Rossini Alves Couto Avenida Visconde de Suassuna ficará, excepcionalmente, liberado para Autoridades e Membros do Ministério Público no referido dia

Recife, 18 de julho de 2017

ALEXANDRE AUGUSTO BEZERRA Secretário Geral do Ministério Público

O SECRETÁRIO GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, contidas na RES-PGJ nº 002/2014, de 17/03/2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 19/03/2014.

Considerando o teor da Comunicação Interna nº 066/2017, da Coordenadoria Ministerial de Tecnologia da Informação, protocolada sob nº 16101-0/2017;

Considerando a necessidade e a conveniência do serviço,

RESOLVE:

I - Lotar a servidora **MAISA VIEIRA DA COSTA,** Técnica Ministerial, matrícula nº 187.810-7, na Coordenadoria Ministerial de Tecnologia da Informação:

II - Dispensar a servidora MAISA VIEIRA DA COSTA, Técnica Ministerial, matrícula nº 187.810-7, das funções de Gerente da Divisão Ministerial de Atendimento, símbolo FGMP-3

III - Lotar o servidor PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Técnico Ministerial - Área Eletrônica, matrícula nº 188.887-0, na Divisão Ministerial de Atendimento:

IV - Designar o servidor PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Técnico Ministerial - Área Eletrônica, matrícula nº 188.887-0, para o exercício das funções de Gerente da Divisão Ministerial de Atendimento, atribuindo-lhe a correspondente gratificação símbolo

V - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 18 de julho de 2017

Alexandre Augusto Bezerra SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA POR SGMP- 475/2017

O SECRETÁRIO GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, contidas na RES-PGJ nº 002/2014, de 17/03/2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 19/03/2014

Considerando os termos do requerimento nº 7557-6/2017,

Considerando, ainda, a necessidade e a conveniência do servico.

I - Lotar a servidora SELENE CARVALHO PADILHA, Analista – Área Jurídica, matrícula 189.457-9, na Coordenação das Procuradorias de Justiça Cíveis;

II - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 18 de julho de 2017.

Alexandre Augusto Bezerra SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA POR SGMP- 476/2017

O SECRETÁRIO GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr Procurador Geral de Justiça, contida na RES-PGJ nº 002/2014, de 17/03/2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 19/03/2014

Considerando o disposto no art. 30, da Lei nº 12.956 de 19 de dezembro de 2005:

Considerando o disposto na Instrução Normativa PG de 19/01/2016, publicada no D.O.E de 20/01/2016; ativa PGJ nº 005/2016

Considerando, ainda, o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio $n^{\rm o}$ 12/2014, assinado em 19/05/2017;

Considerando, ainda, os termos do processo nº 16996-4/2017, protocolado nesta Procuradoria Geral de Justiça em 11/07/2017.

Conceder o Adicional de Exercício à servidora pública GRACILDA MARIA RODRIGUES ALVES, Digitadora, pertencente ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Mirandiba à disposição desta Procuradoria Geral de Justica, observando o disposto na Instrução Normativa PGJ nº 005/2016

II - Lotar a servidora na PJ - Salqueiro

III- Esta Portaria retroagirá ao dia 14/06/2017

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Recife, 18 de julho de 2017.

SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Exmo. Sr. Secretário-Geral do Ministério Público de Pernambuco, Dr. Alexandre Augusto Bezerra, exarou os seguintes despachos:

Nos dias: 17/07/2017

Expediente: CI nº 11/2017

Processo №: 0016860-3/2017
Requerente: ADM Ed. Centro Cultural Rossini Alves Couto

Despacho: À GMECS, Segue para cotação pelo menor preço.

Expediente: Of nº 015/2017

Processo Nº: 0017144-8/2017 Requerente: Dra. Aline Arroxelas Galvão de Lima Assunto: Solicitação

Despacho: À GMECS, Segue para cotação pelo menor preço.

Expediente: Of s/n 2017

Processo № 0016956-0/2017 Requerente: 13ª Procuradoria de Justiça em Matéria Cível

Assunto: Solicitação

Despacho: À CMAD, Confirmando-se a devolução do bem, segue para transferência do tombo e providências necessárias.

Expediente: CI nº 107/2017 Processo Nº: 0017063-8/2016 Requerente: ADM Ed. Roberto Lyra

Assunto: Solicitação
Despacho: Ao Apoio da Secretaria Geral, Ciente, Considerando o funcionamento do Wi fi no Salão dos Órgãos Colegiados, arquive-

Expediente: CI nº 077/2017 Processo Nº: 0017280-0/2017 Requerente: CMTI

Assunto: Solicitação Despacho: À CMGP, Autorizo. Segue para providências necessárias.

Expediente: Requerimento – Protocolo nº 85035/2017 Processo Nº: 0019192-5/2014 Requerente: Sebastião Augusto de Albuquerque

Assunto: Solicitação Despacho: À CMGP, Acolho o parecer da AJM nº 197/2017. Segue para providências necessárias

Processo Nº: 0012784-4/2017 Requerente: Eriton Maximiano Cavalcanti

Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP, Acolho o pronunciamento da AJM. Segue para providências necessárias

Expediente: CI nº 06/2017 Processo No: 0017202-3/2017 Requerente: CPPAT Assunto: Solicitação

Despacho: À GMECS, Encaminho para as devidas cotações de

Expediente: Of nº 153/2017 Processo Nº: 0017501-5/2017 Requerente: CEDCA Assunto: Solicitação

Despacho: À CMAD, Autorizo. Encaminho para as devidas

Expediente: Of nº 152/2017 Processo Nº: 0014376-3/2017 Requerente: CEDCA Assunto: Solicitação

Despacho: Ao Gabinete do PGJ, Diante do pronunciamento da AJM, encaminho para deliberação do Exmo. PGJ, tendo em vista os custos gerados pelo uso do Centro Cultural RAC, visando a regulamentação daquele espaço.

Expediente: Email Processo Nº: 0016489-1/2017 Requerente: Dra. Lia Paulino Dias Assunto: Solicitação

Despacho: À CMATI, Encaminho para análise e pronunciamento

Processo Nº: 0017503-7/2017 Requerente: CMI Assunto: Solicitação Despacho: À AJM, C/c para CMGP; C/c para AMPEO: C/c para CMAD; C/c para CMTI,

Expediente: Of nº 180/2017

Processo No: 0017306-8/2017

Expediente: Cl nº 28/2017

Considerando as informações encaminhadas pela CMI, determino que se comunique às coordenadorias referidas, a quem concedo o prazo de 24 horas para resposta, esclarecimento ou justificativa.

Processo Nº: 0017242-7/2017 Requerente: Dra. Marinalva S. de Almeida Assunto: Solicitação Despacho: À CMGP, Autorizo. Segue para as providências

necessárias

Requerente: PJIJC Despacho: À CMGP, Autorizo. Seque para as providências necessárias

Expediente: E-mail Processo No: 0014584-4/2017 Assunto: Solicitação

Despacho: À CMGP, Autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: Of nº 64/2017 Processo Nº: 0017303-5/2017 Requerente: PJ Timbaúba

Assunto: Solicitação Despacho: À CMGP, Para análise e informações.

Expediente: CI nº 006/2017 Processo Nº: 0015369-6/2017

Requerente: CAOP Fundações e Entidades de Interesse Social

Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP, Autorizo. Para anotação e providências.

Expediente: CI nº 195/2017 Processo Nº: 0017088-6/2017

Requerente: Dr. Tilemon Gonçalves dos Santos

Requerente: AMCS

Assunto: Solicitação

Assunto: Solicitação Despacho: À CMGP. Autorizo. Para anotação e providências.

Expediente: CI nº 06/2017 Processo Nº: 0015981-6/2017 Requerente: DEMSI

Assunto: Solicitação

Despacho: À CMGP, Autorizo. Para anotação e providências. Expediente: Declaração de Frequência Processo Nº: 0016275-3/2017

Despacho: À CMGP, Para anotação e providências. Expediente: CLnº 096/2017 Requerente: CMGP

Assunto: Solicitação cho: Ao Apoio da Secretaria Geral, Acolho a sugestão da CMGP, encaminham-se para as providências.

Processo No: 0017326-1/2017 Requerente: DECASP Assunto: Solicitação
Despacho: À CMGP, Para conhecimento e providências.

Expediente: Of no 1901/2017 Processo Nº: 0016639-7/2017 Requerente: PC

Expediente: CI nº 074/2017

Despacho: À CMGP, Para pronunciamento. Expediente: CI nº 128/2017

Processo Nº: 0017334-1/2017 Requerente: DIME Assunto: Solicitaç Despacho: À CMGP, Segue Termos de Compromissos de Estágio assinados.

Processo No: 0016837-7/2017 Requerente: PJ Araripina Assunto: Solicitação

Despacho: À CMGP, Autorizo, Para anotação e providências.

Expediente: CI nº 048/2017

Processo Nº: 0017222-5/2017 Requerente: Assessoria Técnica em Matéria Criminal Assunto: Solicitação

Despacho: À CMGP, Autorizo, Para anotação e providências. Processo Nº: 0017105-5/2017

Requerente: PJ Afogados da Ingazeira Assunto: Solicitação Despacho: À CMGP, Autorizo. Para anotação e providências.

Expediente: CI nº 075/2017 Processo Nº: 0017170-7/2017 Requerente: CMTI Despacho: À CMGP, Autorizo. Para anotação e providências.

Requerente: DIMSM

Expediente: CI nº 207/2017 Processo Nº: 0017498-2/2017

Assunto: Solicitação
Despacho: À GMECS, Segue para cotação pelo menor preço. Expediente: CI nº 197/2017 Processo Nº: 0016556-5/2017 Requerente: DIMSM Assunto: Solicitação

Despacho: À GMECS, Segue para cotação pelo menor preço.

Expediente: Of nº 213/2017 Processo Nº: 0017257-4/2017 Requerente: PJ Belém do São Francisco Assunto: Solicitação
Despacho: À AMSI, Para conhecimento, controle e providências.

Expediente: Of nº 15/2017 Processo Nº: 0012978-0/2017

Despacho: À AMSI, Autorizo na forma requerida, segue para as providências necessárias. Expediente: Of nº 099/2017

Processo Nº: 0017481-3/2017 Requerente: PJ Surubim

Requerente: PJ Garanhuns Assunto: Solicitação

Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Ministério Público Estadual

Despacho: À AMSI, Autorizo. Análise, controle e providências

Expediente: Requerimento

Processo Nº: 0013975-7/2017

Requerente: Viviany Nogueira Ramos Guedes

Assunto: Solicitação

Despacho: À DMSERVCON, Para classificação da despe em ato contínuo encaminha-se à AMPEO para informar dotação orcamentária

Expediente: Of nº 2017.0531.1451 Processo No: 0016637-5/2017

Requerente: Dr. Henrique Ramos Rodrigues

Assunto: Solicitação

Despacho: À DMSERVCON. Para classificação da despesa em ato contínuo encaminha-se à AMPEO para informar dotação

Expediente: Cl nº 062/2017 Processo Nº: 0017497-1/2017 Requerente: DMC

Assunto: Solicitação Despacho: À DMSERVCON, Para classificação da despesa em ato contínuo encaminha-se à AMPEO para informar dotação

Expediente: Of nº 356/2017 Processo Nº: 0017115-6/2017 Requerente: 18ª PJ CON

Assunto: Solicitação Despacho: À DMSERVCON, Para classificação da despesa em ato contínuo encaminha-se à AMPEO para informar dotação orcamentária.

Expediente: CI nº 060/2017 Processo No: 0017496-0/2017 Requerente: DMC

Assunto: Solicitação
Despacho: À DMSERVCON, Para classificação da despesa. em ato contínuo encaminha-se à AMPEO para informar dotação

Expediente: Manifestação 36947062017-1

Processo Nº: Sem SIIG Requerente: CPPAD Assunto: Solicitação

Despacho: Ao Apoio da Secretaria Geral, Encaminha-se a Ouvidoria do MPPE cópia da manifestação de CPPAD. Em seguida dê-se ciência ao Promotor(a) oficiante nos autos do

Expediente: CI nº 104/2017 Processo Nº: 0016505-8/2017 Requerente: ADM – Ed. Roberto Lyra Assunto: Solicitação

Despacho: À CMAD, para análise, pronunciamento e providências.

Expediente: Of no 76/2017 Processo Nº: 0011902-4/2017

Requerente: Dr. André Múcio Rabelo de Vasconcelos

Assunto: Solicitação

Despacho: Ao Gabinete do PGJ, Para consideração da proposta de alteração da instrução normativa

Expediente: Carta 061/2017 Processo Nº: 0017176-4/2017 Requerente: CTTU

Assunto: Solicitação Despacho: À AJM, Para análise e pronunciam

Expediente: Of nº 084/2017 Processo Nº: 0017153-8/2017

Requerente: PJ Cabo de Santo Agostinho

Assunto: Solicitação

Despacho: Ao Apoio da Secretaria Geral, Junte-se ao SIIG de mesmo obieto.

Processo Nº: 0014514-6/2017 Requerente: SGMP

Despacho: Ao Apoio da Secretaria Geral, Ciente. Arquive-se.

Expediente: Of no 059/2017 Processo Nº: 0014711-5/2017 Requerente: PJ Vicência Assunto: Solicitação

Despacho: Ao Apoio da Secretaria Geral, Comunique-se a Promotoria de Justica acerca da impossibilidade de atender o pedido no momento. Procede-se com anotação da demanda para atendimento futuro

Recife, 17 de julho de 2017.

Alexandre Augusto Bezerra

Secretário-Geral do Ministério Público

O Exmo. Sr. Secretário-Geral do Ministério Público de rnambuco, Dr. Alexandre Augusto Bezerra, exarou os seguintes despachos:

Nos dias: 18/07/2017

Expediente: CI. Nº 251/2017 Processo nº. 0017478-0/2017 Requerente: AMSI Assunto: Solicitação

Despacho: À CMFC, Autorizo. Segue para providências

Expediente: Cl. Nº 036/2017 . Processo nº.0016926-6/2017 Requerente: DIMDA

Despacho: Ao Gabinete do Exmo. PGJ, Diante das informações prestadas pela CMAD, encaminho para análise e considerações, sugerindo a expedição de ofício.

Expediente: Cl. Nº 253/2017 Processo nº. 0017499-3/2017 Requerente: AMSI Assunto: Solicitação

Despacho: À GMECS, Segue para cotação pelo menor preço.

Expediente: CI, No 157/2017 Processo nº. 0016473-3/2017 Requerente: DIMMS Assunto: Solicitação

Despacho: À CMFC, Considerando o despacho da AMPEO, autorizo o empenhamento da despesa pelo menor preço

Expediente: CI. Nº 163/2017 Processo nº. 0016457-5/2017 Requerente: DIMMS Assunto: Solicitação

Despacho: À CMFC, Considerando o despacho da AMPEO, autorizo o empenhamento da despesa pelo menor preco

Processo nº. 0006785-8/2017 Requerente: DEMPAM

Despacho: À CMAD, Encaminho para pronunciamento de maneira que seja estipulado o prazo, conforme parecer da AJM, ás folhas 52, levando em consideração á razoabilidade dos prejuízos causados á essa administração, num intervalo de tempo de 00 Zero) a 5 (Cinco) anos

Expediente: OF. Nº 103/2017 Processo nº. 0017589-3/2017 Requerente: SEAS/SDSCJ Assunto: Solicitação

Despacho: À CMAD, Autorizo. Encaminho para providências

Expediente: CI, Nº 254/2017 Processo nº. 0013710-3/2017 Requerente: AMSI Assunto: Solicitação

Despacho: À CMFC, Autorizo. Encaminho para providências necessárias.

Expediente: CI. Nº 087/2017 Processo nº.0017453-2/2017 Requerente: ESMP ssunto: Solicitação

Despacho: Ao Apoio da SGMP, Publique-se. Arquive-se.

Expediente: CI. Nº 001/2017 Processo nº. 0017417-2/2017

Requerente: Dr. Eduardo Luiz Silva Cajueiro Assunto: Solicitação

Despacho: À AMPEO, Para informar dotação orçamentária e

Expediente: OF. Nº 440/2017 Processo nº, 0017449-7/2017

Requerente: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa

Despacho: Ao Apoio da SGMP, Publique-se. Arquive-se.

Processo nº. 0016343-8/2017

Requerente: Promotoria de Justiça de Petrolina

Despacho: À CMGP, Para enviar a esta SGMP informações para instrução do processo

Expediente: OF, No 025/2017 Processo nº 0016444-1/2017

Requerente: Dra Erika Sampaio Cardoso Kraychete

Assunto: Solicitação

Despacho: À Comissão de Estrutura Mínima do MPPE para

Expediente: Requerimento s/n Processo nº. 0017431-7/2017

Requerente: Katharine Correia Assunto: Solicitação

Despacho: Ao Gabinete do PGJ, Para conhecimento e deliberação.

Expediente: CI, Nº 129/2017 Processo nº. 0017442-0/2017 Requerente: DIME Assunto: Solicitação

Despacho: À CMGP, Segue termos de compromissos de Estágio

Expediente: CI. Nº 017/2017 Processo nº. 0017412-6/2017 Requerente: CAD Assunto: Solicitação

Despacho: À CMGP, Autorizo. Encaminho para as providências

Expediente: Nota de Auditoria Nº 026/2017

Processo nº. 0016442-8/2017 Requerente: Controladoria Ministerial Interna

Assunto: Solicitação
Despacho: À AJM, Para análise e pronunciamento

Expediente: CI. Nº 064/2017 Processo nº. 0017530-7/2017 Requerente: DMC

Despacho: Ao Apoio da SGMP, Autorizo. Encaminho para elaboração e publicação de aviso.

Expediente: CL Nº 065/2017

Requerente: DMC Assunto: Solicitação

Despacho: À AMSI, Autorizo. Encaminho para devidas providências.

Expediente: CI. Nº 088/2017 Processo nº. 0017537-5/2017 Requerente: ESMP Assunto: Solicitação

Despacho: À CMTI, Autorizo. Encaminho para devid providências quanto à disponibilização de um servidor da CMTI para atendimento do pedido.

Expediente: CI. Nº 063/2017 Processo nº. 0017532-0/2017 Requerente: DMC Assunto: Solicitação

Despacho: À DIV. Serviços Gráficos, Autorizo. Encaminho para as

Expediente: E-mail

Processo nº. 0013723-7/2017 Requerente: Promotoria de Justiça de Tabira

Assunto: Solicitação

Despacho: À CMAD, Autorizo. Encaminho para as devidas providências no sentido de viabilizar o atendimento do pedido conforme consta no documento enviado pela solicitante, nos mos do teor do despacho datado de 06/06/2017, referente ao Siig 0013723-7/2017 exarado por esta Secretaria Geral.

Expediente: CI, Nº 069/2017 Processo nº. 0011452-4/2017 Requerente: DEMIE Assunto: Solicitação

Despacho: À CPL, Cumpridas as formalidades legais, autorizo a abertura de processo licitatório pelo menor preço.

Expediente: OF. Nº 001/2017 Processo nº. 0017390-2/2017 Requerente: Gab. 18º Proc. Justica Assunto: Solicitação

Despacho: À CMGP, Autorizo. Encaminho para providências necessárias

Processo nº: 0017301-3/2017 Requerente: DEMTR

Assunto: Solicitação Despacho: À CMGP, Encaminho para análise e pronunciamento.

Expediente: CI. Nº 088/2017 Processo nº: 0017631-0/2017 Requerente: ESMP Assunto: Solicitação

Despacho: Ao apoio da SGMP. Publique-se. Arquive-se.

Expediente: Ofício 011/2017 Processo nº: 0005970-3/2017 Requerente: Dra. Helena Capela Assunto: Encaminham

Despacho: À DEMTCON, para analisar a possibilidade da compra

Expediente: CI 059/2017 Processo nº: 0013157-8/2017

Requerente: Leonardo Xavier de Lima e Silva Assunto: Requerimento

Despacho: Acolho o parecer da AJM. À CMGP, segue para as providências necessárias

Recife, 18 de Julho de 2017.

Alexandre Augusto Bezerra Secretário-Geral do Ministério Público

O Exmo. Senhor Secretário-Geral Adjunto do Ministério Público de Pernambuco, Dr. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima, exarou os seguintes despachos:

No dia 18/07/2017

Expediente: Auto nº 2014/1789457

Processo nº: 2127-3/2015, 0058976-8/2014, 3695-7/2017 E 6288-7/2017

Requerente: Odeval de Araújo Lyra, Leonardo Nunes Lyra, Deborah N. L. Dantas e Thiago N L. Assunto: Requerimento

Despacho: À Assessoria Técnica em Matéria Administrativo constitucional para análise e pronunciamento sobre o crédito acima referido, com vistas ao atendimento da ordem judicial, conforme Ofício nº 4058300.2844447 de 03/02/2017, página 96.

> Secretaria - Geral do Ministério Público -Recife, 18 de Julho de 2017

Gustavo Augusto Rodrigues de Lima Secretário-Geral Adjunto do Ministério Público

Promotorias de Justiça

PORTARIA Nº 063/17 - 34ª PJS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, por intermédio ntantes infra-assinadas, titulares da Promotoria de suas repres

de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atribuição na Promoção e Defesa da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal, pelo art. 8º, § 1º, da Lei nº 7347/85 e art. 6º, I, da Lei Complementar Estadual

Considerando que o presente Inquérito Civil, instaurado através da Portaria nº 044/2017 – 34ª PJS, tramita nesta Promotoria desde o mês de maio do ano em curso:

RESOLVE aditar a Portaria nº 044/2017 - 34ª PJS, a fim de modificar o obieto deste Inquérito Civil para "implementar o cronograma de obras visando a sanar as irregularidades sanitárias e estruturais do Hospital Correia Picanço";

DETERMINANDO

registre-se e autue-se, no sistema Arquimedes, o presente Inquérito Civil, com as anotações de praxe, modificando o seu objeto para "implementar o cronograma de obras visando a sanar as irregularidades sanitárias e estruturais do Hospital

remeta-se cópia, em meio magnético, ao CAOP - Saúde e à Secretaria Geral do Ministério Público, para publicação no DOE;

comunique-se ao Conselho Superior e à Corregedoria-Geral do Ministério Público de Pernambuco;

Recife, 17 de julho de 2017.

Helena Capela

34ª Promotora de Justica de Defesa da Cidadania da Capital Promoção e Defesa da Saúde

PORTARIA Nº 044/17 - 34ª PJS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, por intermédio de suas representantes infra-assinadas, titulares da Promotoria de Justica de Defesa da Cidadania da Capital, com atribuição na Promoção e Defesa da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal, pelo art. 8º, § 1º, da Lei nº 7347/85 e art. 6º, I, da Lei Complementar Estadual

 $\begin{tabular}{ll} \textbf{Considerando} & que, conforme apurado nos autos do Inquérito Civil \\ n^o & 022/2007 - 34^a PJS, há irregularidades sanitárias e estruturais \\ \end{tabular}$ no Hospital Correia Picanco:

Considerando que, instada a se manifestar acerca das citadas irregularidades, as quais foram constatadas pela APEVISA no Relatório de Fiscalização datado de outubro de 2016, a SEAS (SES) apresentou cronograma de obras, sem indicar prazo para

Considerando, ainda, que a Constituição Federal, através de seu art. 196, prevê que a Saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando, por fim, o teor da Resolução RES-CSMP nº 001/2012, a qual regulamenta os procedimentos investigatórios instaurados pelo Órgão Ministerial;

RESOLVE INSTAURAR O PRESENTE INQUÉRITO CIVIL CONJUNTO PÚBLICO com o objetivo de acompanhar o cronograma de obras visando a sanear as irregularidades sanitárias e estruturais do Hospital Correia Picanço.

DETERMINANDO:

registre-se e autue-se, no sistema Arquimedes, o presente Inquérito Civil, com as anotações de praxe, atribuindo-lhe como objeto "acompanhar o cronograma de obras visando a sanea as irregularidades sanitárias e estruturais do Hospital Correia Picanço'

remeta-se cópia, em meio magnético, ao CAOP - Saúde e à Secretaria Geral do Ministério Público, para publicação no DOE;

comunique-se ao Conselho Superior e à Corregedoria-Geral do Ministério Público de Pernambuco

iunte-se aos autos deste Inquérito Civil cópia da documentação de fls. 370/375, 385 e 392/394 do Inquérito Civil nº022/2007 – 34ª

designo a data de 19.06.2017, às 14:30h, para a realização de audiência, com o objetivo de tratar sobre os prazos para o saneamento das irregularidades apontadas pela APEVISA no Hospital Correia Picanço, no Relatório de Fiscalização datado de outubro de 2016, vez que no cronograma apresentado pela SEAS não há tal estipulação, para a qual deverão ser

a) a SEAS (SES);

b) a SES:

c) a direção do Hospital Correia Picanço.

Anexa à notificação, encaminhe-se cópia dos autos.

Recife, 25 de maio de 2017.

Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

34ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital Promoção e Defesa da Saúde em exercício cumulativo

Público alvo

Inscrições

Número de Vagas

17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL – DEFESA DO CONSUMIDOR

Portaria de Instauração de Inquérito Civil Ref: DOC 7995750 DENUNCIADO: SASSEPE ASSUNTO: Resultado errado de exames laboratório do SASSEPE

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da 17ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições que são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal, pelo art. 67, § 2º, inciso II. da Constituição Estadual, pelo art. 25, inciso IV, alíneas "a" e "b" da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, e pelo art. 4º. inciso IV, alínea "b" da Lei Complementar nº. 12/94 e

CONSIDERANDO a instauração de Inquérito em face de notícia de fato formulada por pessoa natural ou jurídica, bem como de comunicação de outro órgão do Ministério Público, ou de qualque autoridade, desde que forneça, por qualquer meio legalmente permitido, informações sobre o fato e seu provável autor, bem como a qualificação mínima que permita sua identificação e localização, em conformidade com o inciso II, do artigo 2º da Resolução RES-CSMP nº 001/2012.

CONSIDERANDO a promoção da defesa dos consumidores pelo Estado, como princípio da ordem econômica, objetivando assegurar a todos existência digna, nos ditames da justiça social, conforme o inciso XXXII, do artigo 5º, e inciso V, do artigo 170, ambos da Carta Magna:

 $\begin{array}{l} \textbf{CONSIDERANDO} \text{ o disposto no artigo } 6^{o} \text{ do código de defesa do consumidor, que estabelece como direitos básicos do consumidor:} \\ I - "a proteção da vida, saúde, segurança, contra os riscos \\ \end{array}$ provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos";

CONSIDERANDO que a política nacional das relações de consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito a vida, à sua dignidade, saúde e segurança e a proteção de seus interesses econômicos e a melhoria de sua qualidade de vida e a transparência e harmonia das relações de consumo (art. 4º CDC);

CONSIDERANDO a abertura deste Inquérito Civil, que versa sobre indícios de negativa de tratamento;

RESOLVE

Instaurar o Inquérito Civil nº 013/17-17ª em face do SASSEPE com a finalidade de investigar notícia de fato com o seguinte ob Resultado errado de exames realizados pelo laboratório do

Secretaria da PJ de Defesa do Consumidor as seguintes

Autuação e Registro, pela Secretaria, no sistema Arguimedes Remeta-se cópia desta Portaria ao CAOP de Defesa do Consumidor para conhecimento e à Secretaria Geral do Ministério Público para publicação no Diário Oficial do Estado;

Notifique-se a denunciante para que indique ou forneça a documentação comprobatória de que o laboratório do Sassepe está entregando resultados errados

Recife, 13 de julho de 2017

MAVIAEL DE SOUZA SILVA

16º Promotor de Justica de Defesa da Cidadania da Capital Defesa do Consumidor no exercício das funções inerentes à 17ª

Promotoria de Defesa da Cidadania da Capital

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA JABOATÃO DOS GUARARAPES

Port. IC 036/2017-2ª PJDC

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes, com atuação na defesa dos direitos dos consumidores e da saúde, no uso das funções que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988; art. 25, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93; art. 6°, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 12/94; art. 1º da Resolução RES-CSMP n° 001/2012:

CONSIDERANDO a tramitação do Procedimento Preparatório nº 005.2017 no âmbito desta 2ª PJDC, instaurado para apurar irregularidades ao consumidor em estabelecimento comercial

CONSIDERANDO o teor do art. 22, parágrafo único, da Resolução RES-CSMP nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, art. 2°, §§ 6° e 7°, da Resolução nº 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do Inquérito Civil, e, de igual maneira, do Procedimento Preparatório

CONSIDERANDO que em conformidade com os dispositivos acima citados, o prazo para conclusão do Procedimento

Preparatório é de 90 (noventa) dias, prorrogável uma única vez por igual período, e que, na hipótese de vencimento desse prazo deverá ser promovido o seu arquivamento, ajuizada a respectiva Ação Civil Pública ou promovida a sua conversão em Inquérito

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica e os direitos assegurados na Constituição Federal, devendo promover as medidas necessárias à sua garantia:

CONSIDERANDO a necessidade de se prosseguir com a investigação dos fatos para o seu fiel esclarecimento e adoção de medidas corretivas, se necessário, oportunizando-se, inclusive, a possibilidade de resolução das irregularidades noticiadas de forma extrajudicial;

CONVERTER o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO em INQUÉRITO CIVIL, adotando-se as seguintes providê

- 1) Autue-se o Inquérito Civil em tela, mantendo-se a numeração concedida ao PP e procedendo-se com as devidas anotações no sistema de gestão de autos Arquimedes;
- Encaminhe-se cópia da presente portaria, por meio eletrônico, ao CAOP competente e à Secretaria Geral do MPPE, esta última para efeito de publicação no Diário Oficial do Estado;
- 3) Comunique-se sobre a providência adotada ao CSMP e à Corregedoria Geral do MPPE
- 4) Reitere-se ofício ao estabelecimento, para se manifestar em

Jaboatão dos Guararapes/PE, 14 de julho de 2017

ISABELA RODRIGUES BANDEIRA CARNEIRO LEÃO

Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania com atuação na Defesa do Consumidor e Saúde, em exercício.

3ª PROMOTORIA DE JUSTICA DE DEFESA DA CIDADANIA DO CABO DE SANTO AGOSTINI CURADORIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 02/2017-EDU (auto 2017/2547223)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, através da Promotora de Justiça que subscreve a presente Portaria, com exercício na 3ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania desta Comarca, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal; art. 25, IV, alínea "a" da Lei Federal nº 8.625/93, art. 4º, IV, alínea "a", da Lei Estadual nº 12/94 e art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO a tramitação do Procedimento Preparatório

rofessores nas escolas públicas municipais;

CONSIDERANDO o teor do art. 22, parágrafo único, da
RESOLUÇÃO RES-CSMP nº 001/2012, do Conselho Superior
do Ministério Público, e, do art. Art. 1º, §§ 6º e 7º da Resolução nº 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação de Inquérito Civil, e, de igual maneira, do Procedimento Preparatório;

CONSIDERANDO que em conformidade com os dispositivos

acima citados, o prazo para conclusão do Procedimento Preparatório é de 90 (noventa) dias, prorrogável uma única vez por igual período, e que na hipótese de vencimento desse prazo dever ser promovido o seu arquivamento, ajuizada a respectiva Ação Civil Pública ou promovida a sua conversão em Inquérito Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de se prosseguir com a investigação dos fatos, para o seu fiel esclarecimento e adoção de medidas corretivas, se necessário, oportunizando-se, inclusive, a possibilidade de resolução das irregularidades noticiadas de forma

RESOLVE:

CONVERTER o presente Procedimento Preparatório 01/2017-EDU em INQUÉRITO CIVIL, adotando-se as seguin

- 1) autue-se o Inquérito Civil em tela, com as devidas anotações
- n autorese o migranto com as devidas anotações em livro próprio e no Sistema Arquimedes;

 2) Dê-se baixa do PP no livro próprio;

 3) Encaminhe-se cópia da presente Portaria, por meio eletrônico, ao CAOP competente e à Secretaria-Geral do MPPE, este último para efeito de publicação no DOE:
- para ereito de publicação no DCE; 4) Encaminhe-se, por ofício, cópia da presente Portaria, ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral; 5) Nomeia-se o servidor lotado nesta promotoria para exercer as funções de Secretário mediante termo de compromisso;
- 6) Prossiga-se com as investigações em andamento, aguardandose resposta aos requisitórios de fls. 64 e 65.

Cumpra-se

Cabo de Santo Agostinho, 18 de julho de 2017.

Janaína do Sacramento Bezerra

Escola Superior do Ministério Público

AVISO N° 024/2017-FSMP-PF

O Diretor da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco, Doutor Sílvio José Menezes Tavares, AVISA aos membros e servidores do MPPE que estão abertas as inscrições para a Palestra e Relato de experiências sobre Justiça Restaurativa na tutela dos direitos da criança e adolescente, conforme especificações abaixo.

Horário Carga Horária

Objetivo Geral

Promover o debate e compartilhar experiências acerca da aplicação da Justiça Restaurativa na tutela dos direitos da criança e adolescente

16 de agosto de 2017 (quarta-feira). Das 09 às 17h

Escola Superior do MPPE (Rua do Sol, nº 143, 5º andar, Santo Antônio, Recife/PE). Membros e servidores do MPPE.

Serão oferecidas 50 vagas a serem preenchidas por ordem cronológica de inscrição, com prioridade para os membros e servidores lotados nas Promotorias da Infância e Juventude.

Vanessa Harmuch Perez Erlich - Promotora de Justiça da Infância e Juventude

Palestrante de Ponta Grossa/Ministério Público do Paraná. Certificado Será emitido certificado de participação.

> Até o dia 10 de agosto de 2017 por meio do formulário eletrônico disponível no site http://www.mppe.mp.br (menu Institucional > Escola Superior > Cursos, palestras e

seminários), ou até o preenchimento das vagas disponíveis.

O deferimento ou indeferimento da inscrição será informado aos interessados por meio do e-mail fornecido no ato do preenchimento do formulário online de inscrições. telefones 81 - 31827348 / 31827351 / 31827379, das 12h às 18h, de segunda Informações

Escola Superior do MPPE. Coordenação Geral Recife, 17 de julho de 2017.

Sílvio José Menezes Tavares Procurador de Justiça Diretor da ESMP

Centro de Apoio Operacional

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA **DEFESA DA SAÚDE** Auto nº: 2017/2710060 Doc: 837858 DESPACHO

CONSIDERANDO a pauta nacional do Ministério Público, que vem discutindo as atividades das comunidades terapêuticas e suas implicações na assistência à saúde das pessoas com dependência do álcool e outras drogas;

CONSIDERANDO diversas ocorrências de violação de direitos humanos praticados por entidades que se qualificam como comunidades

CONSIDERANDO a necessidade de definir a natureza das comunidades terapêuticas, seu espectro de atuação e implicações legais, bem como uniformizar as fiscalizações dos órgãos de controle;

CONSIDERANDO que na primeira reunião do GT realizada no dia 19 de abril transato, os membros do grupo indicaram por aclamação CONSIDERAMDO QUE NA DIMINISTRA FEMILIADA DE LA PERIZADA DE LA DEL PERIZADA DE LA PERIZADA DE LA PERIZADA DE LA DEL PERIZADA DE LA MEPE PARA PRESIDIR OS TRABAÍNOS (CAOP-SAÚDE DO MPPE; CAOP-CIDADANIA DO MPPE; PJ DE SAÚDE DE CAMARAGIBE; CREMEPE; APEVISA; CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (CEPAD); GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL DA SES-PE (GASAM); CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (CRP); CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS) e COREN;

CONSIDERANDO a existência de farta documentação relacionada às atividades do GT, angariada antes da sua formação;

RESOLVE

INSTALAR o GRUPO DE TRABALHO para tratar dos assuntos relacionados às atividades das comunidades terapêuticas e suas implicações na assistência à saúde das pessoas com dependência do álcool e outras drogas, que passará a se denominar "GT implicações na assistência à saúde das pessoas com dependência do álcool e outras drogas, que p COMUNIDADES", com prazo de duração de 90 (noventa) dias e composto pelos seguintes representantes

SILVIO SANDRO RODRIGUES - CREMEPE SILVIO SANDRO RODRIGUES – CREMEPE;
ANTÔNIO DE PÁDUA CESAR DA SILVA – SEPOD/SDSCJ;
VINICIUS SUARES DE OLIVEIRA – CRP;
WANESSA DA SILVA PONTES – CRESS;
RITA DE CÁSSIA ACIOLI BARBOSA – CEPAD;
LEA LINS – GASAM;
PAULO ANDRÉ MENDONÇA ACIOLI – COREN; JAIME BRITO DE AZEVEDO – APEVISA; MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA – CAOP-CIDADANIA; NANCY TOJAL DE MEDEIROS – PJ DE CAMARAGIBE; ÉDIPO SOARES CAVALCANTE FILHO – CAOP-SAÚDE.

DETERMINAR as seguintes providências

A juntada das atas das reuniões realizadas nos dias 19 de abril e 04 de maio de 2017, bem como das respectivas folhas de presencas; A juntada de toda documentação relacionada às atividades do GT Comunidades e angariada antes da sua formação.

Encaminhe-se cópia do presente despacho, para fins de ciência e através meio eletrônico, aos representantes do GT Comunidades e ao Procurador-Geral de Justiça, bem como ao Secretário-Geral do MPPE para fins de publicação.

Autue-se e registre-se

Recife/PE, 14 de julho de 2017.

ÉDIPO SOARES CAVALCANTE FILHO Coordenador do CAOP-SAÚDE Promotor de Justiça

Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação n.º 009/2017 da Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP, nos autos do Processo Licitatório n.º 017/2017, com fundamento no Art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, objetivando a contratação da Empresa LEX EDITORA S/A, CNPJ/MF n.º 61.160.768/0001-17, para aquisição de assinatura, com 30 (trinta) pontos de acesso simultâneos, do Sistema de Pesquisa Jurídica online - MAGISTER NET, pelo período de 12 (doze) meses, para Biblioteca desta Procuradoria Geral de Justiça, a fim de disponibilizar consulta a acervo jurídico de legislação atualizada, as e jurisprudências, bem como repositório autorizado do STJ, STF e TST, pelo valor total de R\$ 8,000,00 (Oito mil reais). DETERMINO que sejam adotados os procedimentos necessários à referida contratação

Recife, 13 de julho de 2017.

ALEXANDRE AUGUSTO BEZERRA ecretário Geral do Ministério Públic

(republicado por haver saído com incorreção no original)

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

dade de Licitação n.º 010/2017 da Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP, nos autos do Processo Licitatório n.º 018/2017, com fundamento no Art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, objetivando a contratação da mpresa FABIANA PAIVA FABRÍCIO COLAÇO - ME, CNPJ/MF n.º 12.776.030/0001-73, para prestação do serviço de manutenção eventiva e corretiva em duas câmeras filmadoras FS100NK de lente intercambiável, marca Sony, desta Procuradoria Geral de Justiça, elo valor total de R\$ 4.246,53 (Quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais, cinquenta e três centavos). DETERMINO que sejam

Recife. 18 de julho de 2017.

ALEXANDRE AUGUSTO BEZERRA Secretário Geral do Ministério Público